

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Brasília

Class.: NO-AMAZ.FBRLA

Data: 16.06.92

Pg.: 426

Nação indígena busca demarcação de terras

Zenaide Azeredo

Nove líderes indígenas, representando cerca de 14 mil índios localizados no Alto Solimões, na Amazônia, estiveram ontem na Funai e na Procuradoria-Geral da República tentando agilizar o processo de demarcação de oito milhões 150 mil hectares na fronteira com a Colômbia. No último dia 2 de junho, o presidente da Funai, Sidney Possuelo, fez publicar no Diário Oficial da União portaria reconhecendo a área reivindicada de oito milhões de hectares como sendo de "ocupação tradicional e permanente" dos grupos indígenas do Alto Rio Negro.

Tanto quanto a demarcação do território lanomami, essa promete ser uma ação polêmica, haja vista a localização da área reivindicada e já autorizada pela Funai — em pleno Calha Norte, projeto de segurança nacional da fronteira amazônica, patrocinado pelos militares. Tanto que dentro da área pedida por cerca de 270 comunidades de várias etnias, localizam-se três pelotões de fronteira do Exército — o de Iauaretê, São Joaquim e Queraí (esses dois últimos ainda não implantados).

A portaria de Sidney Possuelo favorável à demarcação da área vedada o ingresso, a permanência e o trânsito de qualquer pessoa "não-índia" dentro da área reservada, exceção feita a autoridades federais, "desde que sua atividade não seja nociva, inconveniente ou danosa à vida, aos bens e ao processo de assistência aos indígenas".

Apesar dessa ressalva, isentando o pelotão militar já instalado na região, a oposição militar ao projeto pode ser maior que no caso lanomami, pois os oito milhões de hectares localizam-se na região de "segurança nacional" denominada "Cara de cachorro", que os militares acreditam ser alvo fácil para

penetração de guerrilheiros do M-19, da Colômbia, em território brasileiro.

Os militares foram, inclusive, objeto de críticas na carta enviada pelas lideranças indígenas ao presidente Collor. Durante seu encontro com o procurador-geral da República, Aristides Junqueira, o presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, Braz de Oliveira França, entregou-lhe uma carta para ser encaminhada ao presidente, solicitando a demarcação dos oito milhões de hectares.

"Nós não queremos que os militares diminuam a nossa terra e que nos tratem como pessoas sem capacidade. Nossa terra não se chama "flona", escreveram os índios na carta endereçada ao presidente Collor.

Defender a terra

"Flona", abreviação de "floresta nacional" segundo o secretário do Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), Márcio Santilli, foi a solução encontrada pelos idealizadores do projeto Calha Norte para dividir o território indígena em ilhas.

Como no caso lanomami, o território dos povos indígenas do Alto Solimões foi dividido em 14 ilhas e 11 florestas nacionais, viabilizadas através de decreto assinado pelo ex-presidente José Sarney.

Os índios signatários da carta ao Presidente querem a revogação dos decretos e sua terra de volta, argumentando que, "quando os militares chegaram, prometeram demarcação, transporte, saúde e dinheiro". "Falaram dos barcos, dos postos de saúde e dos projetos econômicos que nos dariam rendimentos. Falaram também sobre a terra, que partiriam em pedacinhos, um para cada povo, ficando todos com os índios".

Conforme a carta, não há mais barcos — "todos estão quebrados", os postos de saúde nunca funcionaram, a mineradora saiu da área sem deixar rendimento e só ficaram os militares e a terra em pedacinhos. "Soubemos então que os pedaços chamados de "flonas" (a maioria) foram tirados de nós", observaram os índios.

Braz França e os demais líderes da região ressaltam que não estão "contra os militares", havendo mesmo parentes seus que servem no Exército. "Se nos atacarem pelo outro lado da fronteira, vamos precisar do Exército para nos ajudar a defender a terra", observaram ainda.

Ação judicial

Segundo explicou Márcio Santilli, do lado colombiano, estendem-se outras etnias indígenas de várias nações. Do lado brasileiro, embora pertencentes e etnias diferentes, cada qual com sua língua, os índios possuem uma língua e hábitos comuns.

Assinam a carta, além de Braz França, de etnia baré, representantes dos povos toriano, piratakua, arapasso bamiwa, werekena, dessano e maku.

Paralelamente à portaria da Funai, reconhecendo a extensão de oito milhões como território indígena, uma ação judicial declaratória, em tramitação na Justiça Federal, pode favorecer ainda mais a demarcação da área. O Ministério Público entrou com a ação em janeiro, tentando obter o reconhecimento de posse imemorial dos grupos indígenas sobre a área atualmente ocupada pelo Calha Norte. Duas antropólogas, Maria Auxiliadora Sá e Dominique Buchillet, estão na área realizando perícia antropológica, segundo informou o NDI.